



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15830 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

A GESTÃO ESCOLAR E OS IMPACTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DE MARABÁ-PA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NEOLIBERAL

Tatiana Alves dos Santos - UFPA-PPEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Ronaldo Marcos de Lima Araujo - UFPA - Universidade Federal do Pará

A GESTÃO ESCOLAR E OS IMPACTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS DE MARABÁ - PA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA NEOLIBERAL

1 INTRODUÇÃO

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento social e econômico de qualquer nação. No Brasil, a Reforma do Ensino Médio (REM), implementada em 2017, representa uma tentativa significativa de alinhar o sistema educacional às novas demandas do mercado de trabalho e às diretrizes neoliberais. Esta reforma, instituída pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), visa flexibilizar o currículo escolar e promover a formação técnico-profissional. Contudo, a implementação da REM tem gerado debates acirrados acerca de seus impactos, especialmente em regiões mais vulneráveis, como Marabá-PA.

O contexto educacional de Marabá-PA é marcado por desafios socioeconômicos que influenciam diretamente a capacidade das escolas de se adaptarem às novas diretrizes impostas pela REM. A forte influência das políticas neoliberais na gestão escolar local resulta em uma ênfase crescente em resultados padronizados e *accountability*, frequentemente em detrimento de uma educação integral e inclusiva.

A participação intensa do setor privado na educação pública no âmbito da Secretaria de Educação do Pará (Seduc-PA) levanta questões importantes sobre a autonomia das escolas e a equidade no acesso à educação de qualidade.

Deste modo, este estudo, em andamento, busca analisar os impactos da REM na gestão escolar das escolas de Marabá-PA, destacando as contradições e desafios enfrentados em um contexto de mercantilização da educação. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, sob o prisma do materialismo histórico dialético, combinando revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, diretores da Diretoria Regional de Ensino (DRE)/Marabá e coordenadores do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação do Pará (SINTEEP). A análise dos dados busca identificar tendências, lacunas e contradições nas políticas educacionais e suas implicações para a gestão escolar, proporcionando uma visão abrangente dos efeitos da REM nas desigualdades educacionais e na qualidade do ensino oferecido.

2 DESENVOLVIMENTO

A Reforma do Ensino Médio (REM), implementada no Brasil em 2017, impôs mudanças profundas no currículo escolar, focando na flexibilização e na formação técnico-profissional. Em Marabá-PA, essas alterações refletem a forte influência das políticas neoliberais, consolidando uma gestão escolar voltada para resultados padronizados e accountability. Este estudo, em andamento, busca analisar os impactos da REM na gestão escolar das escolas de Marabá-PA, destacando as contradições e desafios enfrentados em um contexto de mercantilização da educação.

O estudo revela que, no processo de implementação da REM, há uma forte participação da iniciativa privada no âmbito da Seduc-PA. Essa participação se dá tanto na aquisição de materiais didáticos-pedagógicos, na implementação dos itinerários amazônicos, com o instituto IUNGO, grupo Somos Educação, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), dentre outros, quanto no processo formativo dos gestores escolares e demais profissionais da educação. Esse envolvimento do setor privado na educação pública levanta questões sobre a autonomia das escolas e a equidade no acesso à educação de qualidade.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, sob o prisma do materialismo histórico dialético, combinando revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com gestores escolares de Marabá-PA, diretores da Diretoria Regional de Ensino (DRE)/Marabá e coordenadores do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação do Pará (SINTEEP). A revisão de literatura abrange estudos teóricos e empíricos sobre a REM, a política neoliberal e seus impactos na educação. As

entrevistas, etapa em andamento, ainda em fase de coleta de dados, têm como objetivo captar as percepções dos gestores sobre a implementação da reforma e seus efeitos na prática escolar. A análise dos dados segue uma abordagem crítica, identificando tendências, lacunas e contradições nas políticas educacionais e suas implicações para a gestão escolar.

A implementação da reforma não ocorre em um vácuo, inserindo-se em um contexto de diversidade regional, socioeconômica e cultural, onde as políticas educacionais devem responder às necessidades específicas de cada comunidade. Para os gestores escolares, isso significa não apenas aplicar diretrizes nacionais, mas também adaptá-las às realidades locais, equilibrando as exigências da reforma com as necessidades e expectativas da comunidade escolar (Mocarzel et al., 2018). No município de Marabá, um locus de pesquisa relevante para o estudo da implementação da REM, a diversidade socioeconômica e cultural, juntamente com sua posição geográfica na região amazônica, reflete tanto desafios quanto potenciais para a educação.

A Reforma do Ensino Médio (REM) no Brasil, instituída pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), configura-se como um marco decisivo na reestruturação curricular das escolas de ensino médio, introduzindo uma flexibilização curricular que visa atender às demandas do mercado de trabalho e às necessidades do capital. Essa reforma reflete as contradições inerentes ao sistema capitalista, onde a educação passa a ser orientada por princípios mercadológicos, priorizando a formação técnica e profissional em detrimento de uma educação integral e emancipatória (Souza Santos et al., 2023).

A implementação da REM, ao promover itinerários formativos específicos, evidencia a subsunção da educação às exigências do capital, agravando as desigualdades educacionais, especialmente nas escolas públicas, que enfrentam limitações de recursos. Assim, a REM revela-se um instrumento de consolidação da lógica neoliberal na educação, comprometendo a igualdade de acesso e a qualidade do ensino oferecido (Fargoni et al., 2024).

A REM, apresentada como resposta às demandas do mercado de trabalho, enfatiza a flexibilização curricular e a formação técnica. No entanto, essa abordagem subordina a educação às necessidades do capital, comprometendo uma formação integral e emancipatória. Em Marabá-PA, gestores escolares relatam uma crescente pressão por resultados padronizados, focando no desempenho em avaliações externas, o que limita a abordagem pedagógica a conteúdos testados, em detrimento de uma educação que considera o aluno como um todo.

A mercantilização da educação se manifesta na redução do papel do Estado na garantia de educação de qualidade, transferindo essa responsabilidade para o

setor privado. Escolas públicas enfrentam desafios para oferecer formação com recursos limitados, acentuando desigualdades educacionais. A lógica de accountability impõe uma gestão voltada para eficiência e resultados mensuráveis, muitas vezes negligenciando aspectos essenciais da formação humana.

Nesse contexto, há de se destacar que Oliveira (2017) indica que esse processo se inicia após os anos 1990, período no qual o gerencialismo se destaca como uma característica marcante das políticas educacionais contemporâneas. Assim, ocorre uma transformação na administração das escolas públicas, evidenciada pela diminuição da gestão democrática, pela imposição de lideranças individuais, pelo uso da avaliação como ferramenta de controle, pela recentralização de poderes sobre as escolas e pelo aumento da vigilância sobre o trabalho dos professores.

A perspectiva neogerencialista que orienta a Reforma do Ensino Médio enfatiza a eficiência, a responsabilidade individual e a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, frequentemente em desacordo com as necessidades da comunidade escolar. Influenciada por interesses hegemônicos do capital, esta abordagem reforça as desigualdades estruturais e promove uma lógica empresarial dentro das escolas (Dardot; Laval, 2016).

As necessidades da comunidade escolar são complexas, demandando uma educação integral que considere as realidades sociais e econômicas dos estudantes, incluindo aspectos socioemocionais e de cidadania. No entanto, a reforma frequentemente negligencia essas necessidades, impondo uma lógica empresarial que desconsidera as desigualdades presentes no sistema educacional brasileiro (Souza, 2020).

A autonomia escolar, defendida na Lei nº 9.394/96, deve ser exercida em um contexto de interdependência, dependendo das condições de implementação e do suporte recebido pelas escolas (Barroso, 1996). A reforma, ao promover a flexibilização curricular e a ampliação da carga horária, muitas vezes não considera as condições concretas das escolas e dos estudantes, perpetuando e acentuando as desigualdades existentes (Saraiva, 2024). A gestão escolar enfrenta barreiras significativas na implementação das diretrizes da reforma, agravadas pela falta de infraestrutura e recursos adequados, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social (Koslinski; Xavier, 2019).

Estudos como os de Frigotto (2003) e Araujo (2018) destacam que a REM, ao reduzir horas obrigatórias e diminuir espaço para disciplinas como Filosofia, Sociologia e Artes, compromete o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes. Em Marabá-PA, essa tendência é evidente nas escolas públicas, onde a falta de recursos dificulta a implementação de um currículo

diversificado e inclusivo.

A flexibilização curricular, apesar de permitir a personalização do percurso educativo, pode fragmentar o conhecimento e levar a uma formação desigual. Apenas estudantes das escolas melhores estruturadas têm acesso a uma educação de qualidade, aprofundando disparidades socioeconômicas.

Essa desigualdade reflete as necessidades do capital, priorizando a formação técnica em detrimento de uma educação integral. Paro (1998) enfatiza a importância de questionar a aplicação indiscriminada de métodos e técnicas da administração empresarial na gestão escolar. Ele sublinha que, ao levar em conta a natureza dos objetivos intrínsecos à empresa capitalista, que são intrinsecamente diferentes e até mesmo opostos aos objetivos de uma educação emancipadora, é fundamental reconhecer que os métodos utilizados na gestão empresarial podem comprometer os objetivos humanos desejados na educação escolar.

Estudos recentes corroboram que a Reforma do Ensino Médio pode acentuar desigualdades educacionais e comprometer o desenvolvimento integral dos estudantes. Fargoni (2024) indica que a flexibilização curricular e a ênfase em formação técnica priorizam as necessidades do mercado em detrimento de uma educação integral, crítica e emancipatória.

Além disso, Laval (2019) destaca que a adoção de princípios gerenciais na educação pública tende a reduzir a gestão democrática e aumentar a centralização, o que limita a autonomia das escolas e reforça a mercantilização da educação.

Silva (2023) manifesta que escolas com menos recursos enfrentam maiores dificuldades na implementação dos itinerários formativos, agravando as disparidades entre instituições públicas e privadas. Essas pesquisas evidenciam que, ao subordinar a educação às demandas do capital, a REM pode agravar as disparidades entre escolas públicas e privadas, resultando em uma formação desigual e menos inclusiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma do Ensino Médio, influenciada pela política neoliberal, apresenta desafios significativos para a gestão escolar em Marabá-PA. A ênfase em resultados padronizados e a mercantilização da educação comprometem o desenvolvimento integral dos estudantes e acentuam desigualdades existentes.

A pesquisa evidencia a forte participação do setor privado na implementação da REM no âmbito da Seduc-PA, desde a aquisição de materiais didáticos-pedagógicos até a formação de gestores escolares. Para promover uma educação

inclusiva e democrática, é fundamental resistir à mercantilização do ensino e garantir que o Estado desempenhe seu papel na oferta de educação de qualidade para todos. Reflexão crítica sobre os impactos da REM e políticas educacionais mais justas são essenciais para garantir uma educação que promova o desenvolvimento integral e a emancipação dos indivíduos. Portanto, é crucial repensar o papel do setor privado na educação pública e assegurar que as políticas educacionais sejam orientadas pelo princípio da equidade e inclusão.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. M. Impactos da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 71, p. 223-245, 2018.

BARROSO, J. **Autonomia da escola: práticas e discursos**. Lisboa: Educa, 1996.

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm.

ClAVATTA, M. A evolução do Novo Ensino Médio no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 385-408, 2012.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARGONI, Everton Henrique Eleutério et al. O “novo” Ensino Médio sob a lógica do mercado. **Revista Ponto de Vista**, v. 13, n. 2, p. 01-17, 2024.

FRIGOTTO, G. **Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSLINSKI, M. C.; XAVIER, G. A. Desafios da implementação da reforma do ensino médio: perspectivas e limitações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 171, p. 150-173, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Boitempo editorial, 2019.

MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; ROJAS, Angelina Accetta; PIMENTA, Maria de Fátima Barros. A reforma do Ensino Médio: novos desafios para a gestão escolar. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 1, p. 159-176, 2018.

OLIVEIRA, Ney Cristina. Relação público privada na educação básica brasileira: as implicações do neogerencialismo como modelo de gestão. **MARGENS - Revista Interdisciplinar Dossiê: Trabalho e Educação Básica Versão Digital – ISSN: 1982-5374 VOL.11. N. 16. Jun 2017. (p. 57-67).**

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, p. 300-307, 1998.

SARAIVA, J. M. A. Desafios na implementação do Novo Ensino Médio. **Revista Ponto de Vista**, v. 13, n. 2, p. 1-20, 2024.

SILVA, Ana Paula Mendes. O NOVO ENSINO MÉDIO E A IDEOLOGIA DE REPRODUÇÃO DO ESTADO. **Revista Científica Novas Configurações–Diálogos Plurais**, v. 3, n. 2, p. 50-62, 2023.

SOUZA, Iael de. **A Pedagogia Gerencialista do Capital: neoliberalismo, empresariamento e mercadorização da educação “pública”-estatal (Fundação Lemann, Instituto Unibanco e o Estado do Piauí–2003/2017)**. 2020. Tese de Doutorado. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP.

SOUZA SANTOS, Layslândia; DOS SANTOS, José Derivaldo Gomes; DE SOUZA SANTOS, Lailton. Os desdobramentos da lei 13.415/2017 na formação da juventude brasileira. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 2, p. 96-116, 2023.

Resumo: A Reforma do Ensino Médio (REM), implementada no Brasil em 2017, trouxe profundas mudanças ao currículo escolar, enfatizando a flexibilização e a formação técnico-profissional. Este estudo em andamento investiga os impactos da

REM nas escolas de Marabá-PA, com foco nos desafios enfrentados pela gestão escolar. A pesquisa combina revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, revelando a participação do setor privado e as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas. As análises são realizadas sob a perspectiva do materialismo histórico dialético. Resultados preliminares indicam que a reforma pode intensificar desigualdades educacionais, limitando o desenvolvimento integral dos estudantes e favorecendo uma lógica empresarial. A influência do setor privado é evidenciada pela criação de materiais didáticos, assessoria de formação, bonificações para educadores e estudantes, e avaliações de desempenho.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio, gestão escolar, política neoliberal, desigualdades educacionais, mercantilização.